**“ATIVIDADES EDUCATIVAS EMANCIPADORAS” [[1]](#footnote-2) E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA NA COMUNIDADE VIVA DEUS**

**Jullyana Cristhina Almeida de Freitas**

Graduanda de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia pela UFMA. E-mail: jualmeida\_freitas@hotmail.com

**Monica Juliana de Jesus Oliveira**

Graduanda de Licenciatura em Ciências Humanas – Sociologia pela UFMA. E-mail: [monicajuh@outlook.com](mailto:monicajuh@outlook.com)

**Betânia Barroso (Orientadora)**

Doutora em Educação pela UNB. Email: Barroso636@hotmail.com

**RESUMO**

O objetivo do presente texto é apresentar atividades educativas emancipadoras com base em algumas ideias de Tonet (2018), Gadotti (2000) e Delors (1998) a partir das estratégias de ação e resistência praticadas na Comunidade Viva Deus, localizada no entorno de Imperatriz/MA, que visam atingir níveis de Emancipação Humana, frente a possíveis contradições materiais e existenciais vivenciadas na referida comunidade. Ademais, partimos do pressuposto de que a Educação, vinda de um contexto formal, não possui natureza, essencialmente emancipatória, mas que, entretanto, existem atividades que podemos conferir caráter emancipador. É importante frisar que nos referimos à Educação de natureza escolar, tendo em vista que a Educação num sentido mais amplo, ocorre nos mais diversos espaços sociais do cotidiano. Aprender e ensinar, dessa maneira, se tornam duas ferramentas essenciais para que os grupos humanos sobrevivam diante das adversidades e das estruturas de dominação existentes. Pensar em que tipo de Educação queremos e para quem queremos, implica, necessariamente, em pensar que caminho devemos percorrer, cotidianamente na prática pedagógica, para atingirmos nosso objetivo. Tal aspecto só pode ser alcançado na práxis e no fazer diário. Buscamos, ainda, apresentar os sujeitos do EJA em sua realidade objetiva, na sua inserção social, no contexto de uma realidade local que os autores são participantes a partir da metodologia freireana.

1. **INTRODUÇÃO**

Pensar a Educação está para além de pensar o que se vive na educação escolar. Diante dessa afirmativa é importante considerar as ideias de Tonet (2018), que aponta como próprio caráter da educação, de modo que existem estruturas externas aos indivíduos que se constroem de forma tão bem solidificada na sociedade a ponto de imprimir nesses seres sociais uma marca que estes naturalizam: uma educação de perfil reprodutor, uma vez que a estrutura educacional atual encontra-se a serviço das idéias de uma classe.

Esta estrutura logo requer do sujeito que pensa educação uma postura libertadora, mas há ainda uma relação próxima entre os seres que se organizam nessa estrutura dominatória e que defendem a democratização da educação como estratégia de libertação, de modo a expandir essa estrutura de apreensão de conhecimento a todos os seres na sociedade. O que se dá quando se pensa em uma democratização da educação não é uma abertura para se legitimar os conhecimentos a - institucionais, é, pelo contrário, uma abertura para popularizar ainda mais o processo de produção do conhecimento como já se dá, de forma contemplativa e reprodutora.

Nesse sentido, o objetivo do presente texto, é apresentar possíveis contradições na formação vinda de um contexto formal, bem como apresentar que atividades poderíamos conferir à Educação um caráter emancipador a partir da perspectiva de Tonet (2018) e Gadotti (2000), pois mesmo estando num contexto de submissão ao sistema capitalista, não podemos nos conformar, tendo em vista que existem uma série de ações que podem ser exploradas em busca da Emancipação Humana.

Não obstante, é importante frisar que nos referimos à Educação de natureza escolar, tendo em vista que a Educação num sentido mais amplo, ocorre nos mais diversos espaços sociais do cotidiano. Aprender e ensinar, dessa maneira, se tornam duas ferramentas essenciais para que os grupos humanos sobrevivam diante das adversidades e das estruturas de dominação existentes.

A motivação para o presente texto surgiu de reflexões acerca do que é de fato, uma Educação Emancipadora, e se de fato ela é possível de ocorrer, tendo em vista que trabalhamos com um projeto de educação e alfabetização no campo da cidade de Imperatriz/MA, a partir da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos.

A emancipação humana marxista é chave nessa discussão à medida que propõe uma revolução drástica e real, prática na vida dos sujeitos envolvidos, o que abre um terreno de pesquisas na área da educação popular e em como essa veia pode de fato gerar resultados. É tendo em vista tais pressupostos que o Projeto de Extensão “A Formação de Alfabetizadores (as) de Jovens e Adultos da zona rural de Imperatriz/MA: Projeto Comunidade Viva Deus” da Universidade Federal do Maranhão nos dará embasamento para desenvolvimento do presente trabalho, este que é um projeto oriundo dos estudos de Paulo Freire, com a “Pedagogia do Oprimido” (1987) e “Educação como Prática de Liberdade” (2009).

A Comunidade, que se encontra num ambiente rural e só conta com escola a partir da ida da Universidade com o projeto, é a protagonista de um processo de resistência pela luta de terras, onde sua relação constante como oprimidos pela atuação do grande capital na figura de uma grande empresa de papel e celulose, torna-a apta a partir da educação práxica emancipatória a configurar os enfrentamentos que sua própria existência como luta.

Busca-se apresentar a comunidade como marcada por uma realidade historicamente construída que os negou qualquer lugar de fala, negligenciou o saber popular diante da opressão em que os povos tradicionais estão submetidos desde o período colonial. Para os sujeitos da Comunidade, plantar é símbolo de resistência para poderem permanecer em seus territórios ocupados, tendo em vista que plantar, é um modo de fixação na terra, enquanto o grande capital os impedia de realizar tal ato, no entanto, o projeto, por meio de círculos de cultura, os incentivou a perderem o medo, pois só plantando poderiam ter sucesso na luta.

Foi nesse contexto que como trabalhadores rurais e sentindo a necessidade de firmar-se na terra sem medo do opressor, a partir da metodologia freireana, a comunidade teve “PLANTAR” como palavra geradora, tanto no processo alfabetizador quanto na materialização de sua luta de resistência.

Encontra-se nesse quadro a situação ideal para a aplicação das atividades educativas emancipadoras de Tonet. Para tanto, nossa fundamentação teórica parte das reflexões contidas no texto “Atividades Educativas Emancipadoras” de Tonet (2018), que, por sua vez, partem de uma gravíssima crise que a humanidade vem passando por conta da lógica de produção e reprodução do capital que acaba afetando todos os setores e na Educação não poderia ser diferente:

Não há como negar que a humanidade vivencia, hoje, uma gravíssima crise, cujo responsável último é o processo de produção e reprodução do capital. Esta crise afeta, de modo diverso, todas as formas da existência humana. A particularidade desta crise, da qual falarei mais adiante, tem rebatimentos específicos também na área da educação e impõe, a meu ver, tarefas também específicas quando se pretende que esta atividade contribua para a construção de uma forma de sociabilidade para além e superior à atual. (ivotonet.xp3.biz)

Nesse contexto de subordinação ao capital, o autor chega à conclusão de que a Educação no sentido escolar não é responsável por emancipar indivíduos, pois a escola está a serviço do Capital, mas que, para além da escola, em seu interior, é possível desenvolver atividades emancipadoras de natureza educativa.

Desse modo, na Comunidade Viva Deus, objetivamos realizar uma Educação de caráter emancipador por meio da metodologia práxica de trabalho, com base nas ideias de Paulo Freire, pois de modo receoso, buscamos não trazer para a referida comunidade, concepções pedagógicas tradicionalistas de ensino, que tem o sujeito da aprendizagem como um sujeito passivo, onde para Mizukami (1986):

(...) atribui-se ao sujeito um papel irrelevante na elaboração e aquisição do conhecimento. Ao indivíduo que está adquirindo conhecimento compete memorizar definições, enunciados de leis, sínteses e resumos que lhe são oferecidos no processo de educação formal a partir de um esquema atomístico. (Mizukami, 1986. p.11)

Tal receio – o de trazer concepções tradicionalistas de ensino - surge do fato de que toda a nossa equipe de trabalho veio de todo um processo de escolarização baseado nesse sistema hegemônico, e romper com tais estruturas, por mais que queiramos, se torna uma tarefa delicada, e diante disso, nos vemos obrigados a desenvolver mecanismos de ensino que contribuam para a construção de um conhecimento que realmente possua um caráter emancipador.

Não obstante, tais atividades educativas não podem ocorrer fora do contexto dos domínios culturais e sociais onde elas precisamente existem. No contexto aqui tratado, a Educação não pode estar dissociada da luta da classe trabalhadora, onde a escola deve ser tratada como um campo de luta, pois mesmo diante da crise de paradigmas que vivenciamos, não devemos permanecer imóveis, pois a sociedade é dinâmica, está em constante processo de criação e recriação. Nesse aspecto, a Educação possui papel central, pois ela é responsável pelo processo de reprodução social dos homens.

1. **DESENVOLVIMENTO**

Para Tonet, existem as “atividades educativas emancipadoras” como caminhos para um processo de formação outro, libertador, como segue:

“1) Conhecimento acerca do fim a ser atingido (a emancipação humana); 2) Apropriação do conhecimento acerca do processo histórico e, especificamente, da sociedade capitalista; 3) Conhecimento da natureza específica da educação; 4) Domínio dos conteúdos específicos a serem ensinados; 5) Articulação das atividades educativas com as lutas, tanto específicas como gerais, de todos os trabalhadores.” (TONET, 2005)

Todas essas proposições estão inclusas num projeto que não se opõe e menos ainda se resume aos projetos de Educação Emancipatória, porém, articula-se com estes. O peso das relações em torno da condição político-social que permeia todas as demais relações no contexto atual interfere diretamente na forma como as estratégias devem ser pensadas, como visto nas cinco atividades; uma discussão que elenca emancipar os indivíduos já cientes do seu papel na dinâmica materialista em que se inserem objetivando um rompimento com as estruturas de pensamento construídas dentro dos “limites da esfera abstrata da lógica”. (MARX, 2005 p. 25)

Mas, antes de adentrarmos a discussão dos processos, deve-se pensar de que forma a Educação de Jovens e Adultos transita e é vista dentro da educação como um todo, inevitavelmente submetida com intencionalidades e carregando por si só, categoricamente, características excludentes. A percepção de criar uma educação que nasce da inclusão é extremamente importante, visto que por um viés democratizante desta, tornaria o conhecimento acessível a todos, independente da idade. Porém, quando as estruturas pensantes por trás da idealização de educação inclusiva por si só já carrega consigo uma ordem lógica pensada para definir uma forma de conhecimento padronizada destinada àquele grupo em questão, automaticamente ela estende a sua mesma lógica para além do alcance que tinha, reproduzindo. É nesse ponto que torna-se imprescindível pensar uma educação emancipadora.

Tonet (2018) atribuiu à emancipação humana como uma forma de sociabilidade para além do capital, de modo que os homens em todas as esferas sociais em que estejam envolvidos possam ter liberdade, é quando o indivíduo reconhece sua situação de dominado e se move de forma a conquistar sua liberdade plena. Nas palavras de Engels (1971, p.347):

“O conjunto de condições de vida que rodeia o homem, e até agora o domina­va, passa, por fim, a estar sob o domínio e orientação dos homens, que pela primeira vez chegam a ser os donos verdadeiros da natureza em virtude de serem os amos de sua própria organização social.”

Nesse momento, é importante pontuarmos qual perspectiva emancipatória defendemos e em que contextos ela ocorre. Para Marx:

A libertação, (...), é um ato histórico, não um ato mental. (...). A transformação, através da divisão do trabalho, dos poderes (relações) pessoas em poderes materiais não pode ser dissipada descartando-se da mente a ideia que se tem dela, mas só pode ser abolida pelos indivíduos quando novamente sujeitam estes poderes materiais a si mesmos e abolem a divisão do trabalho. Isso não é possível sem a comunidade. Somente dentro da comunidade cada indivíduo possui os meios para cultivar seus dons em todas as direções; por isso, a liberdade pessoal só se torna possível dentro da comunidade. (...) na comunidade real, os indivíduos obtêm sua liberdade por meio de sua associação. (MARX apud MÉSZÁROS, 2004).

Em Engels (1980), a emancipação refere-se à independência econômica, haja vista que o mundo do trabalho aparece como categoria central. Contudo, ao trazermos o conceito de emancipação para o trabalho realizado na Comunidade Viva Deus, o que queremos ter, é a emancipação como plenitude da ação política dos sujeitos, bem como de suas ações afetivo- emocionais ou sociais. Assim sendo, nos é claro que o processo de emancipação está imerso numa totalidade de aspectos, no entanto, a categoria trabalho em seu sentido produtivo social ainda se constitui como prioridade na análise.

Com base em tais reflexões, é claro perceber que a Emancipação Humana somente é possível em sociedades verdadeiramente livres e não é possível que exista no atual modelo de produção e reprodução capitalista. Isso se torna muito mais improvável quando nos reportamos ao campo educativo. Desse modo, é possível inferir que a base da emancipação humana é o trabalho, uma vez que, sem ele, não seria possível atingirmos outro modelo de sociabilidade. Para Tonet (2018), o sentido que queremos alcançar com o conceito de trabalho se expressa na noção “trabalho associado”, onde, para ele é uma alternativa histórica:

Trata-se de uma forma de intercâmbio com a natureza, portanto, de produção da riqueza material, feita por indivíduos livres, isto é, senhores das suas decisões. Embora sujeitos às leis da natureza, são eles que decidem, partindo das suas necessidades, o que deve ser produzido, como deve ser produzido e como deve ser repartido o fruto do trabalho. Isto significa, obviamente, que o produto do trabalho tem como objetivo único atender as necessidades humanas e não acumular capital. Daí porque trabalho associado e valor de uso formam uma unidade incindível. (ivotonet.xp3.biz)

Desse modo, o trabalho associado tem fundamental importância no processo de transformação social, apresenta-se como uma alternativa histórica e é a base material da emancipação humana. Portanto, é fato que não há como haver mudança social se não houver mudança na forma do trabalho, onde tais mudanças devem refletir, de forma que o trabalho associado seria o único modo onde poderíamos alcançar a liberdade humana. Sob a ótica marxista, isso seria o mesmo que articularmos o “reino da necessidade” e o “reino da liberdade”. Para tanto, teríamos de superar todas as categorias sociais, econômicas ou políticas vigentes hoje no modelo de produção capitalista.

Não obstante, é importante frisar que o presente texto não possui a intenção de buscar a plena efetivação para a conquista da Emancipação Humana, mas de indicar que caminhos percorrer para alcançá-la com base nos pressupostos teóricos de Tonet (2018), Gadotti (2000) e Delors (1998).

Para Tonet (2018), o caráter emancipador de qualquer atividade, então, resultará de sua conexão, direta ou indireta, com o objetivo final, isto é, neste caso, com a construção de uma sociedade plenamente livre. Ou seja, para sabermos que caminho percorrer para atingir tais níveis, devemos ter a plena certeza do resultado que queremos, que, no caso, é alcançar uma sociedade verdadeiramente livre, investigando a possibilidade de tal processo ser iniciado até mesmo no ambiente escolar, pois, como já mencionado, a educação em seu sentido formal não possui natureza emancipatória.

Na sociabilidade primitiva, a tarefa de educar estava atribuída à comunidade. No entanto, com o advento da propriedade privada, a Educação, assim como os diversos setores, foi modificada, ou melhor, privatizada de acordo com interesses hegemônicos. Entretanto, como base em Tonet (2018), isto não diminui a importância que esta atividade teve e tem para a elevação do nível de vida da humanidade já que não há uma relação direta e mecânica entre os interesses das classes sociais e as diversas outras dimensões sociais.

Em sociedades marcadas pela desigualdade social como a nossa, é premente a necessidade de uma Educação que seja construída no seio popular, que dê a autonomia de que se precisa para dizer o que queremos, pois como para Brandão (1995), “existimos dentro de um mundo social onde senhores do poder, através do Estado, decidem e definem para os “outros” (para nós) o que querem que seja a relação entre eles e os “outros” (nós) ”. O saber é desse modo, produzido e reproduzido de maneira desigual, hierárquica, num cenário em que qualquer colocação ontológica é considerada não científica. “Reescrever a palavra” ou “redizer o mundo” são duas setas para que nós pensemos que proposta de Educação defendemos.

Nesse aspecto, embora esses objetivos sejam dificultados pela hegemonia no próprio fazer da prática pedagógica, a luta não pode ser esquecida, pois o acesso a somente um tipo de conhecimento é essencial para a manutenção do capital. É aqui que se situam as atividades educativas de caráter emancipador, onde tais atividades, podem fazer da escola, um espaço de luta e emancipação humana da classe trabalhadora.

Desse modo, a Educação possui grande importância para o processo de reprodução social, bem como possui função essencial em qualquer projeção que se faça do futuro. Entretanto, precisamos dizer que Educação queremos, que tipo de escola queremos, que aluno ou que professor queremos. Nessa perspectiva, Delors (1998) nos aponta algumas categorias fundantes da educação do futuro, onde baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser:

Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade um pequeno número de matérias. O que também significa: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida. • aprender a fazer, a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional mas, de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas também aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferecem aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho. • aprender a viver juntos desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências — realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos — no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz. • aprender a ser, para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Para isso, não negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se. (DELORS, 1998, p. 31).

Nesse sentido, tais pressupostos existem, num cenário educativo em que a escola tende a privilegiar um único conhecimento em detrimento de outros, para nos fazer enxergar a Educação em sua totalidade. Contudo, Delors (1998), na referida obra Educação: um tesouro a descobrir, apontou, com base em tais pressupostos, a necessidade de uma aprendizagem ao longo de toda a vida, que podem servir como “bússola” para nos orientar na caminhada em busca de uma Educação emancipatória.

O fato de estarmos vivendo numa era capitalista que se utiliza da Educação para moldar os indivíduos à sua maneira apenas para atenderem à demanda desse modelo de produção, não podemos, em meio à perplexidade e a atual crise de paradigmas, conforme Gadotti (2000), nos constituir num álibi para o imobilismo. Nesse aspecto, uma postura política faz toda a diferença.

Não obstante, seja lá qual seja a Educação que emancipa a classe trabalhadora ou qual seja a que queremos para o futuro, é consenso que queremos uma educação contestadora, ou ainda como afirma Gadotti (2000), superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a transformação social do que para a transmissão cultural. É preciso, ainda, uma participação mais intensa e organizada da sociedade, pois somente quando todos compreenderem que a Educação deve estar ao nosso serviço e não ao do Estado, e, por conseguinte, do capital, é que podemos avançar numa perspectiva transformadora.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em que tipo de Educação queremos e para quem queremos, implica, necessariamente, em pensar que caminho devemos percorrer, cotidianamente na prática pedagógica, para atingirmos nosso objetivo. Objetivamente, queremos uma escola menos excludente, que consiga contemplar os diversos níveis de formação humana e que seja democrática. Entretanto, não podemos considerar isso apenas como anseios impossibilitados pelo atual sistema, mas como desafios, objetivos que devemos buscar a cada ação como professor.

A “indústria do conhecimento” enquanto um instrumento de lucro e poder econômico, deturpa o sentido emancipador da Educação e nos limita alçar voos mais altos. No entanto, a Educação deve ser um bem coletivo e devemos lutar para preservar tal natureza. Como afirma Gadotti (2000) quem deve decidir sobre a qualidade dos seus certificados não é nem o Estado e nem o mercado, mas sim a sociedade e o sujeito aprendente. Por conta disso, não devemos nos render ao jogo político e econômico. A comunidade deve estar ciente disso.

À Educação e à escola cabe organizar, juntamente aos outros setores da sociedade civil, um movimento de atuação global que aja conforme as perspectivas apresentadas no parágrafo supracitado. Ainda, fica a cargo da escola, conforme Gadotti (2000):

Amar o conhecimento como espaço de realização humana, de alegria e de contentamento cultural; se- lecionar e rever criticamente a informação; formular hipóteses; ser criativa e inventiva (inovar); ser provocadora de mensagens e não pura receptora; produzir, construir e reconstruir conhecimento elaborado. E mais: numa perspectiva emancipadora da educação, a escola tem que fazer tudo isso em favor dos excluídos, não discriminando o pobre. Ela não pode distribuir poder, mas pode construir e reconstruir conhecimentos, saber, que é poder. (GADOTTI, 2000, P. 8)

Nesse sentido, ousar construir o futuro da Educação que queremos não é tarefa fácil, mas existem caminhos que nos ajudam a construir uma sociedade voltada para a transformação social. As perspectivas apresentadas apontam isso. No entanto, a escola precisa estar ciente de que a mudança que quer, está em seu interior e não fora.

# REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1995. DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo, Cortez, 1998.

GADOTTI, M. Perspectivas Atuais da Educação. São Paulo em perspectiva, 2000.

MÉSZÁROS, I. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.

MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

TONET, I. Atividades Educativas Emancipadoras. In: [www.ivotonet.xpg.com.br](http://www.ivotonet.xpg.com.br/). Acessado em 15 de março de 2018.

TONET, I. Trabalho Associado e Revolução Proletária. In: [www.ivotonet.xpg.com.br](http://www.ivotonet.xpg.com.br/). Acessado em 15 de março de 2018.

1. O presente artigo surgiu de reflexões feitas a partir do texto “Atividades Educativas Emancipadoras” de Ivo Tonet, bem como das experiências vivenciadas no Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Epistemologia e Educação, GEPEEE da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. [↑](#footnote-ref-2)